

# NOVA FOLHA COMERCIÁRIA

Se você é capaz de tremer de indignação a cada vez que se comete uma injustiça no mundo, então somos companheiros. **Che Guevara**

Base territorial

Arapuá, Carmo do Paranaíba, Lagamar, Lagoa Formosa, Lagoa Grande, Matutina, Presidente Olegário, Rio Paranaíba, Santa Rosa da Serra, São Gonçalo do Abaeté, São Gotardo, Tiros, Varjão de Minas

29 anos  
de lutas

Informativo do Sindicato dos Empregados no Comércio de Patos de Minas e Região-edição setembro de 2024- Filiado a Força Sindical e USP  
Juca Mandú, 374, centro, Patos de Minas/MG telefone (34) 3821 5500 - E-mail sindec@sindec.com.br

## Diretores participam de seminário São Gonçalo do Pará

Foram debatidas ações e planos de organização da categoria comerciária



Ascendino César das Chagas-Presidente do SINDEC/Patos de Minas

Com a presença do presidente do SINDEC, Ascendino César e dos diretores José Marcelino e Lásaro Martins, aconteceu dos dias 11 a 13 de setembro no CELAC, na cidade de São Gonçalo do Pará/MG, o seminário para Planejamento das Negociações Coletivas de 2025 promovido pela Fecomerciariorios/MG. O evento reuniu diversos dirigentes sindicais de todo Estado. Na oportunidade, foram debatidas ações e planos de organização da categoria comerciária, objetivando organizar e estruturar uma campanha uniforme relativa às convenções coletivas de trabalho para o ano vindouro, visando garantir melhores salários e direitos



José Marcelino-Vice-Presidente do SINDEC/Patos de Minas

sociais aos trabalhadores.

Uma das autoridades convidadas foi Carlos Calazans, Superintendente Regional do Ministério do Trabalho e Emprego de MG, que proferiu a palestra: **"Campanha de Valorização das Entidades Sindicais"**. Luis Antonio Camargo de Melo (Advogado Trabalhista, Professor de Direito do Trabalho no Centro Universitário IESB-DF, Mestre em Direito das Relações Sociais e Trabalhistas (UDF – BSB), Subprocurador Geral do Ministério Público do Trabalho aposentado) apresentou a palestra "O Trabalho Escravo e a Escravidão Moderna". **"Práticas Antissindicais"** foi a palestra do doutor Geraldo Emediato de Souza, Procurador do Ministério Público do Trabalho da 39ª Região e Coordenador Regional da Coordenadoria Nacional de Promoção da Liberdade Sindical em MG. A palestra **"O Atual Cenário das Negociações Coletivas"** foi enunciada por Fernando Ferreira Duarte, Economista formado pela Universidade Federal de MG. O doutor

Antonio Carlos Penzin Neto, Chefe do Departamento Jurídico da Fecomerciariorios-MG, discorreu sobre



**"Elaboração da Pauta de Reivindicações para Negociação Coletiva de Trabalho ano 2025"** e,

Lúcia Garcia, (mestre em economia pela UFRGS; técnica Sênior do Departamento de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – DIEESE -- Integra o quadro de professores da ESCOLA CIÊNCIAS DO TRABALHO – DIEESE) proferiu a palestra: **"As Transformações do Mercado de Trabalho"**. Também ocorreram mesas redondas e debates sobre temas diversos entre os participantes.



Lásaro Martins-Diretor Financeiro do SINDEC/Patos de Minas

Quando você se filia ao sindicato garante uma série de benefícios



Comerciário  
SINDICALIZE-SE

### Confira:

- ▷ Assistência psicoprofissional.
- ▷ Assistência sindical e trabalhistas.
- ▷ Assistência comportamental no ambiente de trabalho.
- ▷ Assistência de direitos e deveres trabalhistas.
- ▷ Assistência e diagnóstico do direito individual do trabalhador.
- ▷ Assistência homologatória nas rescisões contratuais.
- ▷ Assistência jurídica trabalhista.
- ▷ Assistência odontológica (comerciários e seus dependentes).
- ▷ Assistência médica (comerciários e dependentes).
- ▷ Banco de empregos (método simplificado desenvolvido pela entidade para encaminhamento do trabalhador desempregado para nova contratação).
- ▷ Convênio com o Patos Tênis Clube e ASPRA (comerciários e dependentes).
- ▷ Convênio Colônia de Férias em Praia Grande litoral de São Paulo (comerciários e dependentes).
- ▷ Cursos na área de educação profissional e qualificação e requalificação profissional (comerciários e dependentes).
- ▷ Assistência psicológica assistência fisioterápica (inclusive domiciliar).
- ▷ Convênio farmacêutico com desconto de até 60%.
- ▷ Convênios com vários seguimentos do comércio para descontos através da carteira de identificação do sindicalizado.
- ▷ Assistência médica através do Cartão Saúde estabelecido em Convenção Coletiva de trabalho.
- ▷ Assistência médica e exames de imagens com Hospital ACTUAL
- ▷ Convênio assistência médica, laboratorial e odontológica com MEDICMAIS
- ▷ Convênio com o laboratório MEDIC IMAGEM
- ▷ Convênio de assistência médica, laboratorial e exames de imagens com CARDIOCLÍNICA
- ▷ Convênio médico com o CARTÃO DE TODOS
- ▷ Convênio com a Faculdade Patos de Minas que proporciona 30% de descontos nas mensalidades de cursos superiores para comerciários filiados e seus dependentes
- ▷ Assistência funeral destinada aos dependentes por qualquer motivo de morte do titular, estabelecida em Convenção Coletiva de Trabalho.

## 593 trabalhadores são resgatados de trabalho escravo na maior operação da história



Durante julho e agosto deste ano, a Operação Resgate IV retirou 593 trabalhadores de condições de trabalho escravo contemporâneo. Este número é 11,65% maior do que o de resgatados da operação realizada em 2023 (532). Ao todo, mais de 23 equipes de fiscalização participaram de 130 inspeções em 15 estados e no Distrito Federal. Essa ação conjunta de combate ao trabalho escravo e tráfico de pessoas no Brasil é resultado do esforço do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Ministério Público do Trabalho (MPT); Ministério Público Federal (MPF); Defensoria Pública da União (DPU); Polícia Federal (PF) e Polícia Rodoviária Federal (PRF). Os estados com mais pessoas resgatadas foram Minas Gerais (291), São Paulo (143), Pernambuco (91) e Distrito Federal (29). Houve resgates em 10 estados. Quase 72% do total de resgatados trabalhavam na agropecuária, outros 17% na indústria e cerca de 11% no comércio e serviços. Entre as atividades econômicas com maior número de vítimas na área rural

estão o cultivo da cebola (141), da horticultura (82), de café (76) e de alho (59) e cultivo de batata e cebola (84). Na área urbana, destacaram-se os resgates ocorridos na fabricação de álcool (38), administração de obras (24) e atividade de psicologia e psicanálise (18). Houve inspeção em dez ambientes domésticos e duas trabalhadoras foram resgatadas. As equipes flagraram 18 crianças e adolescentes submetidos a trabalho infantil, das quais 16 também estavam sob condições semelhantes à escravidão. As fiscalizações ocorreram no Amapá, Distrito Federal, Mato Grosso e Minas Gerais. Em Minas foram identificados 59 trabalhadores vítimas do crime de redução de trabalhadores à condição análoga à de escravo, sendo sete mulheres, das quais quatro menores de idade. Os trabalhadores, em sua maioria migrantes do Maranhão residentes na região, exerciam a função de colhedores de alho em duas propriedades rurais. Eles estavam submetidos a condições degradantes de trabalho e vida.



### Passé férias em Praia Grande

OBS: Somente para comerciários filiados ao SINDEC

**ENCONTRA-SE NO SINDICATO O CALENDÁRIO DO PRIMEIRO SEMESTRE PARA RESERVAS E ACOMODAÇÕES NO CENTRO DE LAZER DOS COMERCÍARIOS EM PRAIA GRANDE/SP**

Quer passar férias na praia com desconto em hospedagem e alimentação?

**Entre em contato com o SINDEC (34) 3821 5500 - falar com Ascendino César**

## O investimento bilionário em petróleo e gás que promete revolucionar energia brasileira



**A** Agência Nacional do Petróleo (ANP) publicou o Relatório Anual de Exploração 2023, destacando o desempenho da exploração de petróleo e gás no Brasil entre 2016 e 2023 e as projeções para 2024-2027. O relatório mostra que, de 2024 a 2027, serão

investidos R\$ 18,31 bilhões na fase de exploração, com 2024 concentrando a maior parte: R\$ 9,97 bilhões. A fase de exploração começa com contratos de pesquisa. Estudos são feitos para verificar a viabilidade de extração de petróleo/gás em diferentes regiões, os chamados blocos. Em 2024, 88% dos investimentos vão para perfuração de poços, 8% para teste de poço, 3% para levantamento geofísico exclusivo e 1% para levantamento não exclusivo.

A ideia é expandir a pesquisa e o desenvolvimento na questão energética, com a influência cada vez mais pujante da Petrobras no setor. Com mais pesquisa, aumenta a chance da descoberta de novos campos de gás e petróleo. Para 2024, estão previstos R\$ 9,5 bilhões em ambiente marítimo e R\$ 470 milhões em ambiente terrestre. R\$ 8,5 bilhões irão para perfuração de poços no mar. No ano passado, houve uma queda no número de locais explorados. Eram cerca de 251 blocos sob contrato: 13 no regime de partilha e 238 no regime de concessão, uma redução de 44 blocos em relação a 2022. Em 2023, 18 poços tiveram notificações de descoberta: 14 em terra (9 em bacias de nova fronteira e 5 em maduras) e 4 no mar, com hidrocarbonetos em Santos e Campos.

## Brasil pode economizar R\$ 400 milhões com horário de verão



O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, anunciou que recebeu recomendação formal do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) para a retomada do horário de verão, como forma de mitigar o impacto da atual crise hídrica no país. A medida, que já foi avaliada e aprovada pelo

Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico, poderá gerar uma economia estimada em R\$ 400 milhões, evitando a necessidade de acionamento de usinas térmicas, que têm custo mais elevado. Em entrevista coletiva realizada na sede do ONS, no Rio de Janeiro, o ministro destacou que, apesar da recomendação, o governo ainda está em fase de estudo e que "não há risco de crise energética". O ministro também esclareceu que, mesmo que a medida seja aprovada antes das eleições municipais, o horário de verão não será aplicado antes do segundo turno das eleições.

A atual crise hídrica é uma das mais graves em décadas, segundo dados do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden). O ministro também aproveitou a oportunidade para criticar a suspensão do horário de verão em 2019, dizendo que a decisão na época não teve base científica adequada, o que agravou a crise energética de 2021. Além de reduzir a necessidade de geração de energia térmica, o horário de verão poderia contribuir para aliviar o consumo durante os horários de pico, especialmente em um momento em que as reservas hídricas dos principais reservatórios estão abaixo do esperado.

## Políticas do governo federal fazem PIB crescer acima do esperado

A economia brasileira cresceu 1,4% no segundo trimestre deste ano e superou com folga a previsão de analistas ligados ao mercado financeiro para o indicador. Segundo o Ministério do Planejamento, eles estimavam que o Produto Interno Bruto (PIB) cresceria 0,9%. O governo, por outro lado, já esperava um crescimento maior, de 1,35%. Não foi tão surpreendido quanto o mercado porque foram justamente as suas ações que levaram a uma alta trimestral do PIB tão expressiva – a maior desde o final de 2020, quando o país se recuperava da pandemia.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que calcula o desempenho da economia, só no segundo trimestre, o consumo das famílias e dos governos cresceu 1,3% ante ao trimestre anterior. Já a chamada formação bruta de capital fixo – valor de compras de empresas para aumentar sua produção – aumentou 2,1%. A alta do consumo das famílias foi direcionada principalmente para a indústria, cuja produção cresceu 1,8% no trimestre. O setor de serviços cresceu 1% e a agropecuária – que havia puxado o crescimento econômico em 2023 – encolheu 2,3%. O governo estimava que a economia brasileira cresça 2,5% durante todo 2024. Haddad disse que essa revisão terá de ser revista após o resultado do trimestre. Economistas ligados a bancos preveem que a economia brasileira crescerá 2,46%. O percentual na edição do Boletim Focus divulgado pelo Banco Central

## Centrais sindicais e MPT lançam aplicativo de celular contra assédio eleitoral no trabalho

Centrais sindicais, incluindo a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Força Sindical, lançaram ao lado do Ministério Público do Trabalho (MPT), um aplicativo para celular que receberá denúncias sobre assédio eleitoral no trabalho durante as eleições municipais de 2024. O lançamento aconteceu em transmissão ao vivo pelo YouTube. Nova Central Sindical Trabalhadores (NCST), União Geral dos Trabalhadores (UGT), Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB), Pública e Intersindical também fazem parte da iniciativa. As denúncias de trabalhadores que sofrem pressão dos chefes poderão ser feitas pelo aplicativo de forma anônima. O objetivo é coibir a prática de assédio eleitoral e garantir a punição dos responsáveis. O assédio eleitoral consiste em empresas e empresários que, abusando de seu poder, tentam forçar empregados a votarem em determinado(a) candidato(a) sob ameaça de perda de emprego e outras formas de punição. A prática é considerada crime.

Nas eleições presidenciais de 2022, um canal de denúncias lançado pelas centrais sindicais recebeu 416 queixas, encaminhadas ao MPT. Ao todo, o órgão recebeu 3.568 denúncias de assédio eleitoral. A expectativa é que os casos aumentem no pleito deste ano, o que eleva a importância de lançar o app. Para garantir a liberdade de voto, o MPT lançou este ano também a campanha "O voto é seu e tem sua identidade", que será veiculada por rádio, TV e internet.



Para as eleições municipais deste ano, a ONG VoteLGBT lançou o programa Sentinela LGBTQ+, que visa monitorar denúncias de violência política e de gênero contra candidatos e candidatas da comunidade. A plataforma já está disponível e funciona através de Inteligência Artificial (IA). Para denunciar uma ameaça ou violência on-line, o candidato ou a candidata deve fazer um print da tela e mandar para o canal da ONG no Whatsapp através da plataforma do programa. A Sentinela, usando de recursos de inteligência artificial, analisará os materiais e fará categorizações da violência, como ameaças de morte, estupro corretivo, LGBTQfobia e discurso de ódio - para organizar as informações e fornecer dados agrupados. Apesar de ser criado no pleito deste ano, o programa Sentinela LGBTQ+ irá monitorar permanentemente denúncias de violência contra parlamentares de gênero. Além de receber as denúncias, o programa também vai fornecer apoio psicológico gratuito através de uma equipe profissionais de saúde mental. Estão previstos 600 atendimentos gratuitos e sigilosos. Os dados coletados sobre os ataques sofridos durante estas eleições vão alimentar um relatório sobre violência política LGBTQfóbica, que analisará tanto o perfil das vítimas quanto das agressões.



Ainda que um contrato de trabalho preveja a obrigação em “prestar trabalho”, o exercício do direito ao voto tem força maior, por isso, empregadores não podem impedir trabalhadores e trabalhadoras de se ausentarem pelo tempo necessário para votar no dia das eleições. De acordo com a Lei Eleitoral, impedir ou embarçar o exercício do voto é crime eleitoral punido com detenção de até 6 meses e pagamento de multa. Além de não poderem impedir a ausência, empregadores também não podem, em nenhuma hipótese, impor quaisquer outros obstáculos para o exercício do voto.

Vale também para casos em que o trabalhador e a trabalhadora residem em cidades diferentes de onde votam. No caso de o trabalhador votar em domicílio eleitoral diferente daquele onde trabalha, a falta não pode ser descontada.

Tanto no caso dos convocados para fazer hora extra quando dos que normalmente trabalham em feriados, nos dias de eleição as empresas são obrigadas por lei a liberar esses trabalhadores por tempo suficiente para que possam comparecer às zonas eleitorais para votarem, sem descontos no salário pelas horas em que estiveram ausentes, caso não consigam votar antes ou depois de seu horário de trabalho. O período de liberação deve levar em consideração o trajeto de ida e volta e eventuais filas na seção eleitoral. A regra vale também para trabalhadores que não são obrigados a votar como maiores de 70 anos e os jovens entre 16 e 18 anos.

### **EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

#### **SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE PATOS DE MINAS E REGIÃO – EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

Ficam convocados os associados deste Sindicato em gozo de seus direitos e os demais empregados do comércio varejista e atacadista das localidades de Arapá, Lagamar, Lagoa Grande, Matutina, Rio Paranaíba, Santa Rosa da Serra, São Gonçalo do Abaeté, São Gotardo, Tiros e Varjão de Minas, para uma assembleia Geral Extraordinária a realizar-se no período de 23 de setembro a 30 de outubro de 2024, nos dias de funcionamento do Sindicato, de segunda à sexta-feira, sendo que no dia 23 de setembro realizar-se-á às 19h (dezenove horas), em primeira convocação, na sede da Entidade, na Rua Juca Mandu, 374, Centro, Patos de Minas/MG, e em segunda convocação, no mesmo local e dia, às 19h30min (dezenove horas e trinta minutos). Nos dias úteis subsequentes, a coleta de votos será através de consulta itinerante aos empregados nos estabelecimentos comerciais da base territorial do Sindicato e na sede do Sindicato, de 9h (nove horas) às 17h (dezesete horas), para apresentação, discussão e deliberação da pauta de reivindicação, com as seguintes matérias: a) Melhorias das condições de trabalho e salário para os integrantes da categoria profissional e aprovação do Rol de Reivindicações para data-base de 1º (primeiro) de janeiro de 2025; b) Discussão e aprovação das formalidades legais para a cobrança e desconto da contribuição sindical (art. 8º e art. 149 da Constituição Federal), prevista nos arts. 545 a 600 da CLT; c) Deliberar sobre a Contribuição Assistencial/Negocial prevista no artigo 513, “e”, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, nos termos que autoriza a decisão do Supremo Tribunal Federal – STF, no ARE 1018459 – Tema 935, a ser prevista em convenções e acordos coletivos de trabalho, para todos os trabalhadores, associados ou não; d) Deliberar sobre a forma para o exercício do direito de oposição; e) Autorização à Diretoria para promover negociações coletivas com as representações patronais e com as empresas, celebrar convenções, acordos coletivos, termos aditivos e ou ajuizar dissídios coletivos, celebrar acordos judiciais ou prosseguir nas ações coletivas; f) Autorização para exercer o direito de greve na forma da Lei 7.783/89; g) Assuntos Gerais de interesse da Categoria. Os trabalhos serão encerrados na Sede do Sindicato no dia 30 de outubro de 2024, às 19h30 (dezenove horas e trinta minutos). Patos de Minas/MG, 17 de setembro de 2024. Ascendino César das Chagas – Presidente.

## **NOVA FOLHA COMERCIÁRIA**

### **Diretoria do SINDEC**

#### **Diretoria Executiva**

Ascendino Cesar das Chagas- Diretor/Presidente; José Marcelino Alves-Vice-Presidente; Vander José Viana- Secretário Geral; Lásaro Marcos Martins-Secretário de Finanças e Patrimônio; César Alves de Magalhães- Secretário de Relações Sindicais; Maria Salomé de Sousa- Secretária de Divulgação, Cultura e Formação Sindical; Elcio Caixeta de Araújo- Secretário Social e de Esportes

#### **Conselho Fiscal**

Diullia Frantielle Ferreira- José Lázaro de Araújo- Gasparina das Graças

#### **Delegação Federativa**

Ascendino César das Chagas, José Marcelino Alves

Os artigos assinados não representam o pensamento da editoria

## Lula assina acordo com quilombolas da base de Alcântara, no Maranhão



O presidente Lula viajou ao Maranhão para assinar um acordo histórico e resolver o conflito de terras que envolve a Força Aérea Brasileira (FAB) e comunidades quilombolas de Alcântara (MA). O impasse tem como pano de fundo o projeto do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), do Programa Espacial Brasileiro, da FAB. Na década de 1980, comunidades quilombolas que viviam na região foram retiradas para dar lugar à construção da base. O Termo de Conciliação, Compromissos e Reconhecimentos Recíprocos que foi destinado a 78,1 mil hectares para os quilombolas de Alcântara ao mesmo tempo em que valida a utilização de 12,6 mil hectares pelo empreendimento da FAB. Além disso, o presidente entregará 21 títulos de domínio de comunidades quilombolas de todo o Brasil. Segundo o governo, a medida vai beneficiar 4,5 mil famílias de 19 comunidades em nove estados, que ocupam 120 mil hectares. Alcântara é o município brasileiro com a maior proporção de população quilombola do país. Ao todo, são 152 comunidades e cerca de 3.350 famílias.

## Pequenos agricultores atingidos por enchentes no RS começam a receber sementes e mudas para plantio



Com a chegada do tempo de plantio, as ações da Missão Sementes de Solidariedade foram intensificadas nos territórios atingidos pela enchente no Rio Grande do Sul. Setembro marca o início da entrega de kits de sementes e mudas para os atingidos de comunidades já mapeadas pelos voluntários e voluntárias. A ação solidária, que congrega mais de 23 organizações, entre movimentos sociais, cooperativas, pastorais religiosas, movimentos populares, representações

sindicais e entidades representativas, prioriza justamente o atendimento aos agricultores de pequeno porte, de matriz familiar ou camponesa.

As primeiras atividades coletivas de entregas de kits de sementes e mudas de árvores foram realizadas nos municípios de Arroio do Meio, Travesseiro e Gramado Xavier. Além da motivação da retomada da produção, todos os eventos de entrega contaram com atos de espiritualidade com bênção das sementes e dos agricultores, além de atividades de cultura e motivação. Também foram beneficiadas comunidades indígenas das etnias Mbya Guarani e Kaingang localizadas nas cidades de Rio Grande, Pelotas, Cangucú, Cristal e Camaquã. Já nesta semana estão previstas entregas em Cruzeiro do Sul, na área indígena Mbya Guarani em Viamão e em Venâncio Aires.

## Jovens do MST chegam a Cuba para realizar o sonho de estudar medicina



Em um novo ano letivo, Cuba recebe quinze jovens brasileiros provenientes de famílias ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) para estudar medicina como bolsistas na Escola Latino-Americana de Medicina (Elam), em Havana. A Elam é uma das maiores escolas de medicina do mundo, reconhecida pela Organização Mundial da Saúde (OMS). O objetivo da escola é formar médicos de várias regiões do mundo, com foco especial nas comunidades mais pobres e desprivilegiadas. Este é o segundo grupo de jovens brasileiros, promovido pelo MST, que atualmente se encontra na ilha caribenha para estudar medicina. Além de formar médicos, a Elam tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento da “medicina humanista”. Enfocando o trabalho comunitário, os programas de ensino da escola entendem a doença como um problema “natural e biológico” e também social, muitas vezes causado ou agravado pela pobreza e pela desigualdade. A escola começou a receber centenas de estudantes do Caribe por meio de um sistema de bolsas de estudo criado para permitir que jovens com poucos recursos econômicos pudessem estudar medicina de forma gratuita. Com o passar do tempo, o projeto se espalhou por diferentes regiões do mundo e chegaram estudantes de outras partes da América Latina, ampliando-se para a África - uma região com a qual Cuba historicamente criou laços - e até mesmo dos próprios Estados Unidos.

# Movimento sindical não será financiado com recursos do FAT



De forma distorcida, veículos de imprensa noticiaram, nos últimos dias, uma resolução do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat) que autoriza o uso de recursos do fundo, o FAT, para a instalação de agências do Sistema Nacional de Emprego (Sine). O Codefat é um conselho tripartite, formado por governo, trabalhadores e empresários. O que a resolução aprovada por esse colegiado faz é ampliar a capilaridade do sistema Sine, possibilitando sua execução por entidades da sociedade civil, como centrais sindicais, sindicatos e outras organizações, entre elas sindicatos, federações e confederações patronais e até mesmo empresas.

No entanto, as notícias veiculadas davam conta de que o governo Lula teria liberado recursos do FAT para o movimento sindical, o que não é verdade. Em uma das manchetes, de matéria publicada em O Globo, lê-se “Governo Lula dá aval para sindicatos usarem recursos de fundo bilionário e emendas”. O texto diz ainda que a medida é vista como “salvação de sindicatos, que enfrentam crise”. Ao consultar o site do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), portanto, a fonte oficial dos fatos, pode-se perceber o intuito de manipulação dos jornais. O que o governo informa é “Codefat aprova execução do Sine por entidades da sociedade civil”, e em momento algum afirma que os recursos 'salvarão os sindicatos'.

## Governo Lula lança plano com 79 ações para promover igualdade salarial e laboral entre homens e mulheres



Em um esforço coordenado para combater as disparidades salariais e a exclusão de mulheres no mercado de trabalho, o governo Lula (PT) lançou o Plano Nacional de Igualdade Salarial e Laboral entre Mulheres e Homens. A iniciativa, desenvolvida em parceria pelo Ministério das Mulheres e o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), será divulgada em um evento realizado em Brasília com a participação de autoridades como a ministra das Mulheres, Cida Gonçalves, e o ministro em exercício do MTE, Francisco Macena. O plano inclui 79 ações focadas na promoção da igualdade de gênero no ambiente de trabalho.

O projeto, que também marca a divulgação do 2º Relatório de Transparência Salarial, é fruto de um amplo diálogo entre o governo, representantes de entidades sindicais, do

setor empresarial, de instituições públicas e de universidades. Com um orçamento previsto de R\$ 17 bilhões, a proposta abrange ações para ampliar a participação das mulheres no mercado, facilitar sua permanência e promover sua ascensão a cargos de liderança, além de enfrentar as discriminações laborais. Dividido em três eixos, o Plano Nacional de Igualdade Salarial e Laboral busca atender diferentes aspectos das desigualdades de gênero. O primeiro eixo, com 36 ações, visa ampliar o acesso das mulheres ao mercado de trabalho, superando as barreiras que dificultam a igualdade de condições. O segundo eixo, que abrange 19 ações, é voltado para garantir a permanência das mulheres nas atividades laborais, promovendo políticas de compartilhamento de responsabilidades familiares.

## O que é assédio eleitoral, quem pratica e como denunciar casos

Em 2022, os casos de assédio eleitoral, ou seja, as práticas de coação de trabalhadores e trabalhadoras a votarem nos candidatos de conveniência de seus patrões, ganharam projeção nacional após virem à tona diversas situações por meio de ações na Justiça e por denúncias em canais como do Ministério Público do Trabalho. Em 2024, os números de casos de assédio eleitoral cresceram em relação a 2022, se comparado o mesmo período. Desde o início do ano já são mais de 190 casos envolvendo empresas e até os serviços públicos. Para combater e coibir as práticas de assédio eleitoral, nas eleições municipais deste ano, mais uma vez a CUT e centrais se unem ao MPT em uma ação de informação e abertura de canal para denúncias.

O canal para denúncias de casos é o site [centraisindicais.org.br](http://centraisindicais.org.br). Nele é possível descrever a situação com a garantia de preservação dos dados pessoais, ou seja, o denunciante terá seu nome mantido em sigilo. Além do site, a CUT e o MPT disponibilizaram materiais para que os trabalhadores estejam inteirados sobre o tema que vão de cards para redes sociais a vídeos, áudios e uma cartilha didática e completa sobre o tema.